

Dia-a-dia

AD 22507

Tentativa de seqüestro.

Um homem tentou tomar, à força, um bebê de sete meses do colo da mãe, ontem, no Centro de Vitória. PÁG. 10

Irregularidade. Policiais encaminhariam veículos para os depósitos de modo diferente do recomendado

Depoimento dá detalhes de esquema da máfia do guincho

BERNARDO COUTINHO

No suposto esquema, policiais militares estariam se beneficiando de apreensões de veículos

EDUARDO SANTOS
esantos@redgazeta.com.br
GERALDO NASCIMENTO
gnascimento@redgazeta.com.br

■ A Polícia Civil tinha conhecimento do suposto esquema denunciado à Justiça pelo Ministério Público Estadual (MPES) nesta semana, de que policiais militares estariam se beneficiando de apreensões de veículos em blitz de trânsito realizadas no Estado.

Investigadores ouviram o depoimento de uma testemunha sobre a apreensão de dois carros em um ferro velho, em Laranjeiras, na Serra.

A equipe da Redação Multimídia da Rede Gazeta teve acesso a parte do inquérito sobre as supostas irregularidades no procedimento dos PMs. Segundo consta nos documentos, dois veículos foram encontrados no ferro velho, mas o proprietário não comprovou a procedência dos carros. Porém, ele teria dito que comprou os veículos de um funcionário de um pátio de carros apreendidos, credenciado pelo Detran.

PAGAMENTO

Esse pode ter sido o início das suspeitas sobre o suposto esquema das blitz.

por veículos apreendidos enviados ao pátio. Segundo apuração da Polícia Civil, o pagamento seria feito pela gerência do estabelecimento.

Segundo a testemunha, os PMs passariam no depósito - às vezes à paisana, outras ainda fardados - no final das blitz para receber o dinheiro. As operações, diz a testemunha, eram direcionadas por oficiais do Batalhão de Trânsito para os pátios que realizavam pagamentos regulares.

Os policiais militares encaminhariam veículos para os depósitos de modo diferente do recomendado. Um carro apreendido em Vila Velha, por exemplo, poderia ser levado para um pátio da Serra, e vice-versa.

No depoimento, a testemunha relata que uma pessoa que trabalhava em um dos depósitos temia que o suposto esquema se tornasse público. No inquérito policial a testemunha afirma que o funcionário teria dito ao coronel Valdir Leopoldino da Silva Júnior, ex-comandante do Batalhão de Trânsito, que se "a bomba estourar e cortarem meu pescoço, vou abrir o bico".

Consta nos documentos que o sócio de um dos pátios tinha conhecimento do pagamento.

O funcionário do pátio tinha "prestígio" com os PMs e era avisado com antecedência



DINHEIRO. Uma testemunha relata que policiais militares recebiam em espécie por veículos apreendidos enviados ao pátio

Militares não foram localizados

■ A GAZETA falou com alguns dos oficiais denunciados pelo Ministério Público Estadual (MPES) somente na última terça-feira. O tenente Eduardo Torrezani alegou inocência e surpresa com o envolvimento do nome dele em denúncias. O tenente coronel Valdir Leopoldino da Silva atendeu o reportagem

mandante geral era quem falaria sobre o assunto. Também disse que faria contato com o comando e retornaria às ligações, mas não ligou. O coronel Antônio Carlos Coutinho, em entrevista também na terça-feira, informou que os denunciados não fariam a resposta partiria da entrevista do comando, afirmando que tudo seria apurado. Ontem, voltamos a procurar o tenente coronel Leopoldino, mas até o fechamento da edição não houve retorno. O major Al

Detran: valores são fixados por lei

Preço do serviço é de R\$ 54,34 pelo guincho, mais adicional de R\$ 3,62 por km, e diária de R\$ 18,11 no pátio

■ As denúncias do Ministério Público Estadual (MPES)

O MPES denunciou policiais militares que estariam intensificando blitz de trânsito para aumentar o fluxo de caixa dos pátios e, com isso, os PMs estariam exigindo e recebendo doações supostamente irregulares. O Detran informou que de

dois veículos foram encontrados no ferro velho, mas o proprietário não comprovou a procedência dos carros. Porém, ele teria dito que comprou os veículos de um funcionário de um pátio de carros apreendidos, credenciado pelo Detran.

PAGAMENTO

Esse pode ter sido o início das suspeitas sobre o suposto esquema das blitzes. No decorrer das investigações, uma testemunha relata que policiais militares recebiam em espécie

Suspeitos ainda não foram ouvidos

■ A Corregedoria da Polícia Militar continua investigando administrativamente as suspeitas de irregularidades envolvendo policiais do Batalhão de Trânsito Rodoviário Urbano (BPRv) apontadas pelo Ministério Público Estadual (MPES) desde o mês passado.

O procedimento administrativo foi aberto no dia 11 daquele mês por meio da Portaria nº 129/2008, da Divisão de Procedimento Administrativo e Disciplinar da PM. O procedimento foi instaurado, mas os policiais suspeitos de participação em um suposto esquema de vantagens indevidas por meio de blitzes de trânsito ainda não foram ouvidos. Estão entre os investigados o tenente coronel Valdir Leopoldino, ex-comandante do BPRv e o major Altieri de Carlo, ex-subcomandante.

O comandante geral, coronel Antônio Carlos Coutinho, decidiu determinar a instauração do inquérito depois que as primeiras informações da investigação do MPES chegaram ao comando da corporação.

Os policiais da corregedoria estão investigando suspeitas de irregularidades na gestão da Associação dos Servidores Policiais Militares do Batalhão de Trânsito (Assetran), cuja presidência é sempre do comandante do Batalhão.

Segundo a PM, as informações ainda estão sendo levantadas para que os policiais investigados prestem depoimento.

se público. A testemunha policial a testemunha afirma que o funcionário teria dito ao coronel Valdir Leopoldino da Silva Júnior, ex-comandante do Batalhão de Trânsito, que se “a bomba estourar e cortarem meu pescoço, vou abrir o bico”.

Consta nos documentos que o sócio de um dos pátios tinha conhecimento do pagamento.

O funcionário do pátio tinha “prestígio” com os PMs e era avisado com antecedência sobre a realização de blitzes na Grande Vitória, segundo relatou a testemunha à polícia.

Militares não foram localizados

■ A GAZETA falou com alguns dos oficiais denunciados pelo Ministério Público Estadual (MPES) somente na última terça-feira. O tenente Eduardo Torrezani alegou inocência e surpresa com o envolvimento do nome dele em denúncias. O tenente coronel Valdir Leopoldino da Silva atendeu a reportagem rapidamente e disse que o co-

mandante geral era quem falaria sobre o assunto. Também disse que faria contato com o comando e retornaria às ligações, mas não ligou. O coronel Antônio Carlos Coutinho, em entrevista também na terça-feira, informou que os denunciados não fariam e a resposta partiria da entrevista do comando, afirmando que tudo seria apurado. Otem, voltamos a procurar o tenente coronel Leopoldino, mas até o fechamento da edição não houve retorno. O major Altieri de Carlo não foi localizado.

Como funcionava

Em que consistia a suposta máfia do guincho, segundo a denúncia do MPES

BLITZ

O Batalhão de Trânsito Rodoviário Urbano (BPRv) intensificou blitzes para apreender maior número de carros irregulares

MOTIVAÇÃO

Segundo o MPES, a motivação para o aumento das blitzes era aumentar o “fluxo de caixa” das empresas privadas que administram os pátios para onde os carros são levados, depois da apreensão

DOAÇÕES

Com o caixa reforçado, as empresas dos pátios estariam repassando dinheiro para a Associação dos Servidores Estadual (MPES)

Militares do Batalhão de Trânsito (Assetran), sob forma de doação

EXIGÊNCIA

Na denúncia, o MPES ressalta que “os denunciados passaram a exigir e a receber dos empresários do setor de guinchos e de pátios valores mensais, entregues em espécie ou depositados nas contas da Assetran, e que variavam, de acordo com o número de veículos apreendido por cada empresa”

VALORES

O MPES alega que os donos de empresas pagariam, sob a forma de doação entre R\$ 8,00 e R\$ 10,00 -

valor pago por carro apreendido

DEPÓSITOS

Na investigação, proprietários de pátio confirmaram ter depositado dinheiro na conta da Assetran a título de doação

QUANTIA

Na prestação de contas da Assetran, em 2006/2007, foi movimentada a quantia de R\$ 3.839.532,49, por meio das contas bancárias da associação. 10% do montante movimentado eram de contribuições dos associados

Fonte: Grupo Especial de Trabalho Investigativo (Geti) do Ministério Público

Detran: valores são fixados por lei

Preço do serviço é de R\$ 54,34 pelo guincho, mais adicional de R\$ 3,62 por km, e diária de R\$ 18,11 no pátio

■ As denúncias do Ministério Público Estadual (MPES) apontando supostas irregularidades na relação entre pátios credenciados pelo Departamento Estadual de Trânsito (Detran) e policiais militares chamou a atenção de motoristas, que questionaram as cobranças, a forma de trabalho e os valores pagos pelo serviço prestado pelos guinchos que levam os veículos até os depósitos.

Sobre o preço do serviço – R\$ 54,34 pelo guincho, mais adicional de R\$ 3,62 por km, e diária de R\$ 18,11 no pátio – o Detran informou que os valores são fixados em lei estadual e a remuneração dos pátios é realizada somente depois da comparação dos documentos encaminhados pelos empresários de pátios com o sistema, para comprovação da movimentação mensal de veículos.

Nas blitzes, alguns veículos apreendidos, principalmente motocicletas, são levados para o pátio em conjunto, numa só viagem. No entanto, todos os condutores pagam individualmente pelo serviço. Quanto a isso, a informação do Detran é de que não há, na legislação de trânsito, previsão da quantidade de veículos que devem ser transportados e a lei também não prevê cobrança de forma coletiva.

O MPES denunciou policiais militares que estariam intensificando blitzes de trânsito para aumentar o fluxo de caixa dos pátios e, com isso, os PMs estariam exigindo e recebendo doações supostamente irregulares.

O Detran informou que, de toda a receita arrecadada pelo Detran com taxas de rebocamento, quilômetro rodado e estadia de veículos, 90% são repassados aos pátios credenciados e 10% ficam com o Departamento, a título de ressarcimento pelo gerenciamento do Sistema Estadual de Remoção e Depósito de Veículos.

Os percentuais informados pelo Detran dizem respeito à metade do total arrecadado. Isso porque, de acordo com a lei 7.001/01, 50% da arrecadação com os serviços prestados pelos pátios credenciados, incluindo o guincho, ficam com o governo do Estado. Da metade que é destinada ao Detran, o órgão retém 10% e repassa os outros 90% ao pátio credenciado.

Entre 2006 e 2007, a PM apreendeu 29.485 veículos e realizou 2.662 blitzes.

Pagamento

90 por cento

■ É o percentual do pagamento realizado pelo motorista autuado com estadia e guincho, destinado aos donos de pátios

Justiça analisa duas denúncias

Além da suposta máfia do guincho, também há a denúncia sobre contrato irregular de aluguel na área do QCG

■ O Grupo Especial de Trabalho Investigativo do Ministério Público Estadual (Geti/MPES) ofereceu duas denúncias à Justiça contra oficiais da Polícia Militar. Ao to-

do, cinco oficiais são citados e os promotores pediram o afastamento provisório de todos eles. A Justiça ainda não decidiu sobre as denúncias.

Na primeira denúncia, o Geti apontou supostas irregularidades no aluguel de uma área do Quartel do Comando Geral (QCG), onde está instalada uma torre de telefonia celular. O aluguel foi acordado por meio de um

contrato assinado há 10 anos, que venceu no dia 9 de novembro. O comandante geral da PM, coronel Antônio Coutinho, também foi denunciado, mas alegou que todas as medidas administrativas possíveis foram tomadas, inclusive o pedido de retirada da antena, logo que assumiu o comando da corporação.

Na outra denúncia, o foco dos promotores foram o Bata-

lhão de Trânsito e a Associação dos Policiais Militares do Batalhão de Trânsito (Assetran). Segundo o MPES, blitzes de trânsito estariam sendo usadas para aumentar o movimento dos pátios de depósito de carros apreendidos. Ainda de acordo com a denúncia, policiais estariam se beneficiando do movimento de veículos para exigir e receber doações de empresários do setor.

Denúncias foram protocoladas em varas diferentes

■ As duas denúncias apresentadas pelo Ministério Público foram protocoladas em duas varas diferentes. A referente ao aluguel de área do quartel está na 6ª Vara Criminal de Vitória e a que trata das irregularidades relativas aos pátios e guinchos foi recebida pela Auditoria Militar.